



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 35ª
(TRIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
30 DE ABRIL DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 77, de 6/5/2009, juntamente com a ata sucinta da 35ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 34ª Sessão Ordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	2

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 30/04/2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BISPO RENATO – PR		X	
BRUNELLI – DEM		X	
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PSDB		X	
MILTON BARBOSA – PSDB		X	
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH – DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM			X
TOTAL	08	15	X

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há 8 Deputados presentes. Portanto, há *quorum* regimental para discussão nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a minha solidariedade ao Deputado Raimundo Ribeiro por causa do pedido de expulsão que S.Exa. sofreu pelo partido político a que pertence. Um Deputado não pode contrariar o programa do partido. Isso é correto. Um Deputado, quando se filia a um partido, como qualquer cidadão, tem de ler um programa do partido e segui-lo. Agora, um partido político não pode usar mecanismos de extorsão de um Parlamentar, pressionando-o a nomear pessoas que não têm capacitação técnica para exercer um cargo, seja o cargo que for. Os partidos políticos, às vezes, querem dominar os seus Parlamentares, muitas vezes exigindo que eles votem contra suas consciências. Aqui nesta Casa, eu jamais votarei contra um programa do meu partido, mas também jamais votarei contra a minha consciência. Assim eu me comportei desde meu primeiro dia nesta Casa.

Portanto, quero me solidarizar com V.Exa. Penso que aquilo que está no programa do partido deve ser seguido pelo Parlamentar à risca, até porque ele, antes de se filiar a um partido político, tem de ler e assinar. Agora, tirando isso, cada Parlamentar tem sua consciência, e não cabe a nenhum partido político simplesmente achacar uma pessoa legitimamente eleita pela maioria da população por causa de um cargo aqui ou acolá. Pode até haver divergências, mas a pessoa foi legitimamente eleita para representar a população. Os Deputados têm de ter a liberdade de nomear as pessoas que consideram idôneas e que tenham qualificação técnica para os cargos. Não cabe ao partido político querer colocar uma rédea, um cabresto no Parlamentar. Penso que isso não é democracia. Por uma questão de princípio e de consciência, tenho obrigação de me solidarizar com V.Exa. pelo que aconteceu hoje com esse pedido de expulsão do partido. Falo isso porque o partido de V.Exa. é muito pequeno e deveria estar feliz de ter um Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, outro dia, em uma entrevista que a *Rede Globo* fez comigo, eu falei sobre uma briga de partido – tenho em minha história algumas brigas... fusão... partido acabou... Sei que a magistratura... o Supremo Tribunal... os ministros entendem que o mandato é do partido. Porém, quando perguntamos na rua em quem a pessoa votou, ela diz o nome da pessoa, mas não diz que votou nela porque é de determinado partido. Eu continuo dizendo que o voto não é do partido, mas do Parlamentar, porque para onde o candidato for, os votos migram para lá, porque as pessoas conhecem a conduta da pessoa em quem está votando. Não se vota no partido, mas no candidato. Eu acho que está equivocada a Suprema Corte do nosso país.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Reguffe levantou uma questão em solidariedade ao Deputado Raimundo Ribeiro. Eu ia fazer o mesmo. Hoje está estampada no jornal a notícia, como se fosse importante, de que o partido expulsou o Deputado Raimundo Ribeiro. Se aqui não estivesse o Deputado Raimundo Ribeiro, esse partido teria algum representante aqui dentro? Resta saber o que esse partido fez para ajudar o Deputado Raimundo Ribeiro. Eu sou testemunha de que mesmo doente, acamado, o Deputado Raimundo Ribeiro estava lutando, correndo atrás de voto na campanha. E eu me lembro bem disso. Agora, eu nunca vi ninguém de partido chegar e pedir voto para o Deputado "x". Nunca vi presidente de partido chegar e falar: "Vamos votar no Deputado 'x'".

Hoje – e tomara que um dia isso mude –, quando saio às ruas para pedir voto, eu não peço voto para o partido, porque as pessoas votaram em mim, no Deputado Wilson Lima, no Deputado Raimundo Ribeiro. Então, eu quero não só me solidarizar com o Deputado Raimundo Ribeiro, mas abraçar S.Exa.

Deputado Raimundo Ribeiro, eu gostaria de dizer que V.Exa. pode contar conosco para o que for preciso, 24 horas. Eu não sei nem quem é o presidente do partido do Raimundo. Eu sei que, há muito tempo, esse pessoal vem pegando no pé do Raimundo. O partido não comanda o Deputado, desde que o Parlamentar não fira a ética partidária, como bem colocou o Deputado Reguffe. Há normas internas, agora, o Deputado tem consciência. Apontem-me um gesto do Deputado Raimundo Ribeiro, mesmo enquanto era Secretário, que tenha desmerecido uma legenda qualquer ou que tenha desmerecido a ética desta Casa. Então, estou solidário. E acho que boatos e fofocas não levam a nada. Estou solidário com o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Como Líder de Bloco. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Lima, Deputado Geraldo Naves, Deputado Reguffe,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	5

meu amigo e companheiro Deputado Benedito Domingos, Deputado Batista das Cooperativas, minha Líder de Governo, Deputada Eurides Brito, primeiro, peço licença à Presidência para tratar de um assunto que foi apresentado pelos Deputados Reguffe e Geraldo Naves. Eu peço licença e perdão, porque é um assunto que me parece pequeno demais para esta Casa, mas que merece uma resposta, haja vista que repercute no nosso mandato. É exatamente as manchetes de jornais, tanto do *Correio Braziliense* quanto do *Jornal de Brasília*, falando da minha expulsão do PSL. Eu quero primeiro esclarecer que, em outubro de 2008, sentindo-me desconfortável no partido, eu, pessoalmente, ingressei com uma ação judicial no Tribunal Regional Eleitoral, solicitando que fosse declarada justa causa, para fins de desfiliação, se assim desejássemos. Ou seja, levei a discussão para o foro competente: o Poder Judiciário, o Tribunal Regional Eleitoral. Ao longo desse tempo, tive oportunidade de conversar bastante com membros do partido; inclusive, está aqui presente um dos membros da Executiva, que é o nosso companheiro Zenóbio Rocha, que também foi candidato pelo Partido Social Liberal a Deputado Distrital. E, ao longo desse tempo, nós até estávamos construindo, Deputado Wilson Lima, uma saída honrosa para que nem o partido ficasse numa situação difícil nem eu! Temos comprovantes disso: *emails* trocados entre a Executiva e o nosso gabinete.

As principais acusações feitas naquele momento, e que foram devidamente dirimidas, inclusive em reunião dentro do partido, por volta de outubro/novembro de 2008, constam de uma ata que, lamentavelmente, me foi sonogada. Eu não pude receber a ata da reunião na qual isso ficou estabelecido. Mas fiquei tranquilo porque confio na palavra das pessoas.

E agora, quando estávamos buscando uma solução definitiva para essa questão, confesso aos senhores que fui surpreendido ontem, com um telefonema da jornalista Ana Paula, do *Jornal de Brasília*, que me perguntou se eu sabia que tinha sido expulso do PSL, porque o presidente do partido, num ato solitário, assinou uma nota e foi pessoalmente entregá-la nas redações dos jornais, antes até mesmo de me entregar.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Ouvi atentamente as palavras dos nossos companheiros, Deputado Reguffe, Deputado Geraldo Naves. Eu quero dizer a V.Exa. que presido o meu partido desde a fundação. Já participamos das seis eleições de Brasília até o momento; e agora, no último dia 2 de abril, na convenção nacional, fui reconduzido pela sétima vez à Secretaria-Geral da Executiva Nacional do meu partido. Então, eu acho que partido político tem de valorizar os seus pares, tem de valorizar o seu quadro, porque se faz política valorizando as pessoas que são filiadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	6

Eu acompanhei a vida política de V.Exa., que, sem dúvida alguma, é um Parlamentar exemplar. Quando esteve à frente da Secretaria de Justiça, demonstrou sua capacidade, sua inteligência; e aqui nesta Casa a sua participação tem enriquecido muito o nosso trabalho.

Por isso, é de estranhar que um partido político queira excluir dos seus quadros um Parlamentar. Ou mesmo que não seja um Parlamentar, que seja qualquer filiado do partido, não se pode fazer aquilo que vimos na imprensa. Lamento profundamente, e eu não quero jogar pedra no presidente, nem no partido, que nós respeitamos. Mas quero dizer a V.Exa. que já que eles não o querem lá, o PP recebe V.Exa. de braços abertos. Vamos fazer uma festa com banda de música e tapete vermelho para receber V.Exa. com muito carinho se porventura for consumada a sua saída. Teremos muito orgulho em tê-lo no nosso quadro.

Eu acho que V.Exa. está acima dessas coisas, Deputado Raimundo Ribeiro. A sua vida, a sua dedicação está acima dessas coisas e não vamos medir as causas e as consequências. É lamentável que se trate de assunto interno de um partido, via imprensa. O partido tem de tratar as suas questões internamente, dentro do seu quadro, porque assim recomenda o bom procedimento.

Mais uma vez, reafirmo que o PP está às suas ordens.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos, presidente do PP, agradeço essa manifestação de solidariedade e o convite, que certamente vamos ter oportunidade de discutir após o desfecho dessa questão.

Como eu estava colocando, nós estávamos negociando um modo de resolver a questão da melhor forma. E, de repente, fui surpreendido com essa notícia; mas, na verdade, em outubro de 2008, eu já tinha ingressado com o pedido junto ao Tribunal Regional Eleitoral para poder, se assim desejasse, sair do partido, mas sair sem maiores traumas.

Mas eu vejo que a nossa discussão, Sr. Presidente, não é com o partido. Posso notar isso muito bem porque recebi de muitos filiados do PSL manifestações de solidariedade. Mais do que isso, pelo documento que recebi hoje de manhã, percebo que este realmente foi um ato solitário do presidente, que, por alguma razão, da qual ainda não tenho certeza absoluta, volta-se contra nós.

Por que eu digo isso? Primeiro, porque estávamos em tratativas para encontrar uma solução; segundo, porque os argumentos levantados foram exaustivamente discutidos, e foram dirimidos na reunião de outubro de 2008. Mas, de repente, veio uma notícia como essa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	7

Agora vejam — e aqui todos nós temos partido político — que esse ato não foi precedido daquilo que o deveria preceder, ou seja, a assinatura de todo o conselho de ética do partido.

O presidente do conselho de ética, inclusive, ontem mesmo, quando tomou conhecimento do caso, ligou para mim e disse: “Estou saindo também do partido, porque fui desrespeitado”. Ele, inclusive, era um dos articuladores para que nós encontrássemos uma saída honrosa.

Alguns outros membros da Executiva me ligaram — a Executiva é pequena, e mais de 3 o fizeram — para dizer que não participaram dessa decisão.

Então, mesmo sem ainda fazer uma análise mais acurada, parece-me que seria um ato nulo de pleno direito. Que é um ato inoperante eu já sei, porque eu é que provoquei o assunto quando ingressei no Judiciário; mas nulo de pleno direito, porque talvez a pressa do presidente o tenha impedido de ver a necessidade de alicerçar bem este seu ato.

É uma questão interna do partido, por isso pedi licença e desculpas antecipadas por trazê-la para cá, mas tinha que trazer, porque, de qualquer maneira, ela repercute no nosso mandato. Quero dizer que, com isso, presto o esclarecimento necessário à população e aos meus colegas.

Quero dizer também, com toda a calma que sempre me caracterizou, que a questão pessoal — e vejo que a briga é muito mais pessoal —, essa eu resolverei com o presidente do partido no foro competente, onde eu sempre procurei resolver as minhas questões.

Eu não poderia deixar de registrar o meu apreço ao PSL e a todas as pessoas que integram o Partido Social Liberal e que não veem um mandato nem um partido como um cabide de emprego. Isso eu faço questão de reafirmar.

Quero agradecer muito a solidariedade dos Deputados Reguffe, Benedito Domingos, Geraldo Naves, Wilson Lima, Batista das Cooperativas e Cláudio Abrantes, agradecer aos amigos que nos ligaram, e fazer um agradecimento muito especial por uma ligação que recebi hoje. Recebi muitas ligações, mas há algumas que eu gostaria de destacar, como a ligação do Deputado Leonardo Prudente, que reafirmou que as portas do DEM estariam abertas para nós.

Quero agradecer também ao Deputado Reguffe, que, antes de falar aqui, já tinha me ligado para falar a mesma coisa; ao Senador Gim Argello, que me ligou também, colocando o PTB à disposição para que nós, caso adotemos a medida de sair do PSL, possamos avaliar a decisão de ir para o PTB; agradecer também ao Vice-Governador Paulo Octávio, que, como presidente do DEM, reafirmou o desejo de nos receber naquele partido; e a solidariedade que recebi do nosso amigo Chefe da Casa Civil do Distrito Federal, Sr. José Geraldo Maciel, que nos demonstrou toda a solidariedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	8

Então, Sr. Presidente, eu, mais uma vez, peço desculpas por ter trazido uma questão que me parece pequena para o parlamento, porém eu devia essa explicação não apenas aos Parlamentares, mas também à população de um modo geral que, como eu, foi surpreendida com as manchetes do *Jornal de Brasília* e do *Correio Braziliense* em um ato provocado, parece-me, de forma solitária pelo Presidente do PSL – ainda Presidente hoje.

Obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa solidariedade ao Deputado Raimundo Ribeiro já foi transmitida pelo Deputado Benedito Domingos e por outros. S.Exa. receberá, certamente, o abraço de todos os colegas que não se manifestaram, mas que pensam exatamente da mesma forma.

Sr. Presidente, hoje à tarde, eu queria solicitar inversão de pauta. Quero anunciar que chegamos ontem a um acordo sobre o plano de saúde do servidor do Poder Executivo. Ele é o item nº 30 da pauta. Há um acordo com o PT e com as Lideranças. Ninguém será contra apressar a proposição que o servidor está esperando há tantos anos.

A outra inversão de pauta que eu gostaria de pedir é quanto ao item nº 22, que trata de projeto que abre crédito suplementar de 6 milhões e 50 mil para reforço de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente. Ele também já está incluído na Ordem do Dia há bastante tempo.

Eu gostaria que V.Exa. tratasse com carinho especial esses 2 projetos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas, que falará pela Liderança do Governo.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amigos Deputados, assessores, equipe técnica, imprensa, pessoas da galeria, meus amigos e minhas amigas, boa tarde.

Sr. Presidente, nobre Líder Deputada Eurides Brito, Deputado Raimundo Ribeiro, é com imenso prazer que uso esta tribuna para falar de um decreto presidencial publicado hoje no Diário Oficial da União que trata de algo que, neste nosso mandato, depois do referendo do PDOT, da aprovação do PDOT por esta Casa, da sanção no último sábado pelo Governador do Distrito Federal e do referendo do STF, depois dessa grande conquista, talvez seja o de maior interesse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	9

Por força de decreto, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva devolve aos órgãos estaduais de meio ambiente a atribuição de licenciar os empreendimentos de qualquer natureza que vierem a ser executados na APA do Planalto Central.

Trata-se de um decreto corajoso, Deputada Erika Kokay, que contraria os interesses corporativos, a burocracia lenta, travada, às vezes insensível, e é um gesto que reforça a intenção do Presidente de, efetivamente, vencer a burocracia para construir 1 milhão de moradias no País.

Com o referido decreto presidencial, volta a ser atribuição do GDF o licenciamento ambiental dentro da APA do Planalto Central, o que restabelece o pacto federativo e traz de volta às normalidades republicanas a gestão das terras localizadas no Distrito Federal.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, louvar essa iniciativa do Presidente Lula pela coragem e parabenizar o Governador Arruda por ter conseguido do Presidente um decreto que, no passado, foi tentado por outros governos. Trata-se de um reconhecimento, por parte do Palácio do Planalto, da sobriedade, honestidade e transparência deste governo, que tem tratado a terra pública tão bem, tão ordenadamente. Trata-se do reconhecimento da parceria institucional oferecida pelo GDF ao Governo Federal, independentemente das diferenças políticas e das disposições partidárias diversas.

Com esse grandioso gesto, para citar apenas um exemplo, o Governo do Distrito Federal poderá licenciar, nos próximos dias, o empreendimento do Riacho Fundo II, mais de 5 mil moradias! Com esse grandioso gesto, o licenciamento ambiental no território do Distrito Federal passa a ser como no restante do Brasil, onde cada unidade da Federação é responsável por licenciar empreendimentos em seu território. Com esse grandioso gesto, o IBRAM, os órgãos regionais podem legislar sobre as licenças, sobre as condicionantes ambientais do Setor Habitacional Catetinho.

Então, é um resgate fenomenal. Hoje é um dia especial para o Governo do Distrito Federal, para Brasília. Hoje nós conseguimos a carta de alforria para poder buscar licenciamentos corretos, verdadeiros, harmonizando o homem com o meio ambiente. O Distrito Federal agora segue com suas atribuições recuperadas. O resultado é que homens e mulheres da nossa cidade poderão sentir na pele, no dia-a-dia, e o que é melhor, dentro da sua sonhada residência própria.

Obrigado, Presidente Lula. Obrigado, Governador Arruda. Parabéns a todos os técnicos que se envolveram nessa discussão, nesse debate. É um resgate que, *a priori*, não tinha de ser feito. O Governo do Distrito Federal não poderia ter perdido a prerrogativa de conceder licenças ambientais. Era o único ente federativo que não tinha essa prerrogativa. Agora, esse resgate vem e vem em uma grande hora; vem dentro de uma agenda positiva em que se discute a habitação, a moradia, o direito à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	10

casa própria. O Governo Federal tem a disposição de entregar um milhão de moradias. Acredito que serão entregues, acredito no Governo Federal, assim como tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal entregará 100 mil moradias. O PDOT propiciou e o STF referendou a entrega dessas 100 mil moradias.

Então, é um momento especial, Deputado Geraldo Naves, Deputado Benedito Domingos, Deputado Benício Tavares, Presidente Wilson Lima, Deputado Leonardo Prudente, Deputada Eurides Brito, Deputada Erika Kokay. O Distrito Federal, o povo de Brasília ganha e ganha muito com esse gesto, com essa ação, ação harmonizada do Presidente Lula com o Governador Arruda, independente de interesses pessoais. Esse é o trabalho do homem público, essa é a grandiosidade do homem público, independente de ideologias. Essa harmonização do Governo do Distrito Federal com o Governo Federal tem grandes ganhadores. E os grandes ganhadores são as pessoas, a sociedade. É o cidadão que mora em fundo de quintal, que não tem a sua habitação, não tem a sua tão sonhada casa própria, não tem o seu direito digno de morar.

Então, com muita alegria, eu faço uso desta tribuna para homenagear esse grande gesto, essa grande conquista para o Distrito Federal. Hoje, milhares de pessoas no Distrito Federal têm a certeza absoluta de que estão mais próximas da casa própria. Hoje, empreendimentos que estavam impossibilitados de acontecer estão mais próximos de acontecer.

Tenho certeza de que o IBAM, por meio de seu presidente, Gustavo Souto Maior, terá a sensibilidade que necessita ter um órgão ambiental. Quando eu falo em sensibilidade, estou sempre buscando a harmonia entre homem e meio ambiente. Deputado Benício Tavares, é fundamental que tenhamos isso em mente quando se buscam os estudos preliminares para aprovação do setor habitacional Catetinho. Catetinho terá 30 mil moradias planejadas, ordenadas, e serão resguardadas as nascentes, as poucas nascentes que ainda tem, infelizmente, no Catetinho. Catetinho terá todo um processo organizacional, será o bairro verde do Distrito Federal. Tenho certeza de que essa decisão de hoje contempla toda essa situação.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Eu queria falar da felicidade que estamos tendo hoje. Parabéns aos homens públicos, principalmente ao Governador Arruda e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de qualquer coisa, eu gostaria de dizer que o entendimento da bancada do Partido dos Trabalhadores é de que devemos votar, sim, o plano de saúde dos servidores públicos, que já levou dos cofres públicos mais de 5 milhões, mas os servidores públicos não têm plano de saúde complementar. O Erário já foi sangrado em mais de cinco milhões!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	11

Quero apenas dizer também que é preciso que façamos uma discussão absolutamente correta, para que não criemos uma confusão que se aproxima ou se afasta da verdade. A primeira coisa é que não há contradição entre a preservação do meio ambiente e uma política habitacional. Política habitacional, todos nós somos absolutamente favoráveis a isso e temos lutado por isso, é luta histórica do Partido dos Trabalhadores. Não significa que a política habitacional tem de se dar destruindo um direito de quarta geração, que é o direito dos que ainda aqui não estão. Não significa que nós temos de eliminar áreas de proteção de manancial, porque elas representam recarga aquífera, ou seja, manutenção de lençóis freáticos, fundamentais para o abastecimento de água. Não queremos construir casas e destruir o abastecimento de água desta cidade.

Quero dizer, além disso, que o Partido dos Trabalhadores conseguiu uma liminar para colocar o processo de discussão do PDOT na esteira da legalidade, que ele está fora da legalidade. É nítido que não tínhamos mapas que descreviam com exatidão onde estavam o começo e o fim de cada uma das áreas objeto do PDOT.

Não foi o Supremo que validou esse processo. É preciso analisar que o Sr. Gilmar Mendes estava viajando e que o Governo do Distrito Federal continuou anunciando que iria sancionar o projeto no sábado, talvez por não ter conseguido uma liminar no Tribunal de Justiça ou por terem cassado a liminar naquele Tribunal, porque a decisão não foi respeitada no momento em que estava sob o efeito de uma liminar que impedia a sanção do projeto. Isso, não sei com certeza, pode ter provocado um sentimento de que este Governo não é muito republicano ou não é muito afeito a seguir o Estado Democrático de Direito e o arcabouço legal. A liminar foi cassada por decisão unilateral do Sr. Gilmar Mendes, que se encontrava viajando e veio a Brasília para cassá-la.

Quando olhamos a liminar — e eu sugiro a todas e todos os Deputados que a leiam —, vemos que ela não diz que o PDOT está regular. Sabe o que ela diz? Que a Lei Orgânica não prevê a existência de memorial descritivo e de mapas. Ela não diz que havia mapas. Ela diz que não precisávamos de mapas e não precisávamos de poligonais. A Lei Orgânica não fala explicitamente em mapas, mas fala que as áreas têm de ser delimitadas e não tínhamos delimitação. Tínhamos manchas e faixas de terra. Além disso, a Lei Orgânica fala explicitamente que tem de ser respeitado o Estatuto das Cidades, que é muito claro ao dizer que as poligonais têm de ser exatas. Portanto, é preciso analisar o sentido da decisão do Presidente do Supremo, que cassou a liminar que a bancada do Partido dos Trabalhadores conseguiu no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Eu não sei qual foi a reação nem por que o Governo não recorreu, como fez na questão da Saúde, ao próprio Tribunal. Optou por fazê-lo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se encontrava na ocasião, por informações da imprensa, viajando. Portanto, esta é uma discussão que temos de pontuar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	12

Anuncio que o Partido dos Trabalhadores recorrerá ao Pleno do STF, porque a decisão não é do Pleno daquele Tribunal. Não digo que ela não seja legal. Entendo que pode haver concordância ou discordância em relação à decisão judicial, mas ela tem de ser cumprida. Temos por norma, em um processo e um regime democrático, cumprir a lei se ela não estiver ferindo a democracia.

Então, é preciso que tenhamos esse esclarecimento e também o esclarecimento de que o decreto que foi publicado será regulamentado. Esse decreto diz que as áreas, a APA do Planalto Central, serão administradas e de responsabilidade do Instituto Chico Mendes, compartilhado com os institutos legais. A APA do Planalto Central — o decreto é claro nisso — será administrada e supervisionada pelo Instituto Chico Mendes, um órgão federal, de forma compartilhada com os órgãos locais.

Eu não considero que seja burocracia preservar o meio ambiente e a ordem urbanística, porque eu já escutei, durante muitos anos, que havia de se eliminar a burocracia e, em função desse argumento, destruiu-se esta cidade com a ocupação absolutamente desordenada. Portanto, a legislação, a ordem urbanística e o meio ambiente não são burocracias. São instrumentos para que tenhamos um crescimento e uma política habitacional sustentável e dentro da legalidade.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para subsidiar a Deputada Erika Kokay, estamos falando da Lei nº 6.938, que diz no seu art. 10 que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento dos estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

Quero resgatar o que falamos e quero entendê-la, Deputada Erika Kokay, sem buscar nenhum debate no momento. Nesta Casa, em um círculo aqui ao lado, num debate que tivemos, presenciado pela imprensa, por técnicos do Governo do Distrito Federal e por vários Parlamentares — por muito pouco tempo por este Parlamentar, porque passei aqui apenas 10 minutos naquele dia —, eu vi, por diversas vezes, V.Exa. invocar a questão de que tinha de haver mapa, de que tinha de haver memorial descritivo, de que tinha de haver uma série de situações. Agora, V.Exa. busca amparo em uma liminar dada pelo Ministro Gilmar Mendes. Parece-me que o Ministro Gilmar Mendes é Presidente do STF, não é, Deputado Geraldo Naves? Nós estamos falando do presidente da instância máxima do Poder Judiciário do País. Então, eu não acredito que a derrubada da liminar não tenha validade. Não acredito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	13

Não dá para querermos passar isso para a sociedade. Não dá para dizer isso na tribuna. Eu não digo isso. Não vou dizer isso. Então, o debate é esse e ele tem de ser colocado nesta Casa.

Mais uma vez, quero dizer que o Distrito Federal, hoje, conseguiu a autonomia para legislar sobre licenças ambientais, claro que com o acompanhamento do órgão federativo, do Instituto Chico Mendes, assim como é em todos os estados brasileiros. Mas não dá para fazer uma cortina de fumaça e querer dizer: “Não, o Instituto Chico Mendes está e o Governo do Distrito Federal não pode”. Pode, deve e resgatou essa autonomia hoje. Estamos de parabéns. Inclusive a Deputada Erika Kokay, que é cidadã brasiliense, que quer o bem, que defende a moradia, que defende habitação.

Eu ainda quero entender esse viés de defender a habitação sem produzir setores. Quero crer que V.Exa. concorda que essa cultura da invasão que existia no Distrito Federal de se criar condomínio a torto e a direito... Não foi criado nenhum condomínio neste Governo. Tem que se dizer isso porque, quando se fala que se ocupou de forma desordenada, parece que o Governador Arruda é Governador de Brasília há 20 anos e não é. Não há um único condomínio criado nesta gestão. Não há uma única invasão, Deputado Aylton Gomes. Não há. Quero crer que V.Exa. não defende invasão, não defende condomínio irregular, mas, para defender habitação, eu não vejo outra situação que não seja a de se produzir setores.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não estou simplesmente solicitando o uso da palavra porque não costumo usar esse instrumento para participar de uma discussão. Estou, sim, utilizando o direito de defesa, até porque fui inquirida a dar uma resposta. O que quero dizer, e quero deixar bem claro, é que a liminar, a ação cautelar com que o Partido dos Trabalhadores entrou não diz respeito ao mérito do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, até porque não poderíamos fazê-lo. E por que não poderíamos fazê-lo? Porque não existe, ainda, uma lei. A lei tem que ser sancionada. Os vetos, que já estão na Casa, devem ser avaliados para, depois de serem mantidos ou derrubados, que a lei seja sancionada e publicada. Só aí temos uma revisão do PDOT. O Deputado Batista das Cooperativas sabe disso, todos nós sabemos.

Então, a liminar não diz respeito ao mérito do PDOT. Entramos com o questionamento da legalidade do processo que houve nesta Casa Legislativa, e não com o procedimento no Executivo. Poderíamos tê-lo feito, porque houve irregularidade, a nosso ver, também no Executivo. A ação se limita, e quero deixar isso bastante claro, ao processo legislativo e não a todo o processo. Ela solicita a anulação da votação em segundo turno, em função do tempo parco, insuficiente para análise das emendas — isso é fato, tivemos 30 minutos para analisar mais de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	14

300 emendas, o que dá, em média, mais de 10 emendas por minuto, tempo impossível para analisá-las —, da inexistência de mapas acessíveis aos Parlamentares em escalas visíveis, não croquis, e da inexistência de poligonais. Enfim, a ação diz respeito apenas ao processo legislativo. Quando se diz que o Supremo Tribunal Federal concordou com o PDOT, que o sancionou e se posicionou sobre ele, é um equívoco, pois ele não o referendou, já que não estava em discussão o PDOT, estava em discussão o processo legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, conclua, por gentileza.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Já vou concluir, Sr. Presidente. Apenas para esclarecer. A ação diz respeito única e somente ao processo legislativo. Nós respeitamos decisão judicial. Quem não respeita é o Governador do Distrito Federal, mas nós respeitamos. Não respeita porque havia uma liminar que suspendia o procedimento, o trâmite. O processo legislativo não se findou ainda. Ele só termina com a publicação da lei, depois de avaliados os vetos. Embora estivesse sob efeito de liminar, todo mundo foi chamado para a sanção do PDOT. Portanto, o que digo é que não há um referendamento do PDOT porque a ação não diz respeito a isso, não era esse o objeto de análise e decisão do Poder Judiciário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, por favor, conclua.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Estou concluindo, Sr. Presidente. Acho importante isso ser esclarecido. Não posso dizer nem que o Desembargador que concedeu a liminar, nem que o Presidente do STF se referiram ou se posicionaram sobre o PDOT. Eles se posicionaram apenas acerca da legalidade ou não dos procedimentos efetivados no Legislativo. Eu apenas gostaria de prestar esses esclarecimentos — de interesse público, de utilidade pública, eu diria —, a bem da verdade, Sr. Presidente. Digo o seguinte: programas habitacionais são fundamentais e louvo a luta que alguns Parlamentares, inclusive eu, abraçam nesse sentido, mas eles não podem ser antagônicos à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida.

Era apenas isso, Sr. Presidente. Obrigada pela paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, perdoe, talvez, a minha falta de conhecimento total do processo legislativo, mas, até onde conheço, o PDOT já foi sancionado e está sendo publicado no Diário Oficial. Foi sancionado, então, virou lei.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chego a uma conclusão. Deputado Batista das Cooperativas, preste atenção a uma coisa que disse o Presidente Lula ontem. Durante a agenda que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	15

cumpriu em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul, o Presidente brasileiro culpou publicamente os entraves ambientais e a dificuldade de se conseguir os licenciamentos do órgão para a realização de importantes obras no País. Disse o Presidente, em Cruzeiro do Sul: "O meio ambiente está criando uma confusão desgraçada para dar licença para a gente fazer uma estrada..." "Eu já falei: se for preciso fazer ponte para jacaré, nós fazemos; se for preciso colocar placa pra onça, pra quem quiser, nós fazemos", disse Lula, Presidente do Brasil. Lembrou, também, que uma perereca atrasou o projeto de uma ponte em Cruzeiro do Sul por 7 meses. Quem disse isso foi o Presidente da República. "Arrancando riso dos presentes, Lula contou que no Rio Grande do Sul encontraram uma perereca no canteiro de obras e, para descobrir se ela estava ou não em extinção, a obra ficou paralisada por 7 meses." Sete meses para descobrir se a perereca estava ou não em extinção. S.Exa. disse: "Espero que aqui não apareça nenhuma perereca e espero que chova pouco para a gente acabar a estrada e a ponte sobre o rio Juruá". Palavras do Presidente da República. O Presidente também disse, recentemente, que, se na época em que Juscelino construiu Brasília existisse o IBAMA, Brasília não seria construída, porque eles iriam atrapalhar e muito. Nunca vi atrapalhar tanto.

Para a questão que me traz aqui hoje nos Comunicados de Líderes, Deputado Reguffe, Deputado Rogério Ulysses, peço a atenção de V.Exas. e de todos os Deputados. Eu saí às ruas pedindo votos para entrar nesta Casa, para fazer um trabalho de respeito, respeitando todos os Parlamentares. Ontem, o Deputado Bispo Renato, que não veio hoje, fez uma afirmação e eu não sabia o porquê. Aí, alguns amigos me disseram para assistir a uma reportagem que o *DFTV* havia publicado ontem, apresentada por Alexandre Garcia e por uma moça. Eu acessei o G1 e pedi que me fosse mostrada a reportagem. Aí, Sr. Presidente – S. Josafá, peço um pouco da sua atenção. Aqui há um péssimo defeito: o Parlamentar está falando e os mal-educados estão conversando. Existe uma questão que é a falta de educação, a falta de respeito para com os Deputados nesta Casa –, eu li sobre a ética dos Parlamentares, o Código de Ética. O que mais me chamou atenção foi ouvir a Deputada Erika Kokay dizer, com a sua fala mansa – e posso falar por mim, não posso falar pelo Deputado Benício Tavares –, que eu voto de cabeça baixa. Eu não voto de cabeça baixa. Meu voto aqui é consciente. Eu sempre vou ao microfone e falo "sim". V.Exa. disse ontem na *TV Globo* que nós, Deputados, votamos de cabeça baixa, obedecendo às ordens do Governador Arruda. V.Exa. disse isso. Consta no Código de Ética, que está aqui: "instigar populares, concorrendo para atos que desacatam ou agridam outros Parlamentares". Isso é um ato falho, é uma falta de respeito, e eu nunca a desrespeitei. Portanto, eu não admito que V.Exa. vá à imprensa, use uma imprensa que falou dos trabalhos dos Parlamentares, que disse que aqui os Deputados ficam concedendo homenagens e não votam. Mas ontem, quando estávamos aqui para votar, faltaram 3 Parlamentares. Não havia nenhum Deputado do Partido dos Trabalhadores. Não houve *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	16

Pois bem, aquele que criticou as homenagens foi homenageado nesta Casa, Deputado Reguffe. O Sr. Alexandre Garcia tem o título de Cidadão Honorário de Brasília. Ele veio recebê-lo aqui. Ele tem menção honrosa desta Casa. Ele veio recebê-la aqui.

Eu tenho muita saudade da minha mãe, que morreu e deve estar no céu. Ela dizia que é muito feio – vou usar um termo entre aspas – “enrolar o rabo, sentar em cima e falar dos outros”. Então, quero pedir respeito ao Sr. Alexandre Garcia. Quero deixar bem claro ao Toninho Drumont, meu amigo, companheiro, com quem trabalhei mais de 20 anos na TV Globo, ao Evandro Guimarães, um grande diretor que me questionou sobre o que eu estava falando da *TV Globo*, que esse rapazinho – eu não posso usar o termo que eu gostaria de usar, embora aqui na tribuna eu possa falar, mas não vou fazê-lo por respeito à *TV Globo* –, o repórter engomadinho, de gravatinha rosa, que estava circulando nos corredores, quando me viu, saiu. Outra vez, quando me viu, disse que não havia Parlamentar trabalhando aqui na sexta-feira, e nós estávamos participando de uma reunião na Casa.

Dizer o que estamos fazendo e achincalhar o Presidente desta Casa, como o fez o Sr. Alexandre Garcia, é uma falta de respeito. O Presidente desta Casa deu-lhe atenção, retornando a sua ligação.

Agora, vir a esta Casa e ouvir uma pessoa do Partido dos Trabalhadores que, sabidamente, não respeita nenhum Parlamentar – pelo que disse não me respeitou – é uma falta de respeito. Que essa pessoa não respeita o Governo nós sabemos. Tudo que o Governo faz está errado. Falou aqui uma hora sobre uma liminar que não mais existe, já foi sancionada, já virou lei!

O que eu gostaria é de receber, como Deputado, o mínimo de respeito. Nós podemos discutir sobre qualquer assunto, mas é preciso respeito. Eu falo por mim, como Deputado. Não gostei da atitude de V.Exa. nem de ter me chamado, assim como a todos os Deputados, de subserviente.

Então, é preciso que a bancada do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, que tem Deputados que foram muito bem votados na eleição para esta Casa e que merecem todo nosso respeito, não desrespeite a base de um governo que trabalha sério. São todos Deputados e deputadas de partido – do Partido Democratas, que tem o nosso presidente, com quem nos reunimos para discutir o que vamos fazer aqui; do PSDB, com a Deputada Jaqueline Roriz e o Deputado Milton Barbosa, que se reúnem para discutir o que vão fazer aqui.

Então, não é faltando com respeito que nós vamos chegar a algum lugar. Quero deixar bem claro que fiquei indignado e injuriado com o que V.Exa. disse à *TV Globo*, e estou mandando o meu protesto a essa emissora também, exatamente pela falta de respeito com que trata esta Câmara Legislativa do Distrito Federal. É uma falta de respeito ficar fazendo caras e bocas no ar! Nós não somos moleques! Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	17

somos moleques! E eu não vim aqui para ficar vendo carinhas e bocas de Alexandre Garcia. Não estou aqui para isso!

Eu quero dizer aos Deputados Reguffe, Raad Massouh e Benício Tavares, que já foi presidente desta Casa por alguns mandatos – dono de cinco mandatos –, que eu nunca vi, em gestão alguma da Casa, um Deputado, um Parlamentar desmerecer o respeito de todos os outros Deputados, que trabalham. Eu nunca vi o Deputado Raimundo Ribeiro abaixar a cabeça, nunca vi a Deputada Jaqueline Roriz abaixar a cabeça por voto proferido. Não, o voto dela é consciente. Os votos do Deputado Wilson Lima, o meu, o seu são conscientes. Jamais vi o Deputado Raad Massouh abaixar a cabeça.

Então, dizer que nós somos subservientes e que baixamos a cabeça quando votamos é faltar com respeito. Deus queira, Deputada Erika Kokay, Deus queira que V.Exa. não receba o troco em um momento breve! Deus queira!

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, não estamos em um debate. V.Exa. já fez sua intervenção e já usou da palavra. Qual é o seu argumento?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, tenho direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa. por um minuto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para usar do direito de resposta. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já falei que a Câmara Legislativa do Distrito Federal não podia marchar de acordo com os ritmos emanados do Palácio do Buriti, muito menos de cabeça baixa. Falei, falei, porque a Câmara Legislativa não é um ser pasmado. Ela é composta, nas suas ações, por pessoas, os Deputados. Falei isso várias vezes aqui. Acredito ser fundamental a autonomia do Poder Legislativo...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputada Erika Kokay, V.Exa. está afirmando que eu votei e abaixei a cabeça? V.Exa. confirma isso?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Senhor Presidente, posso falar? Não sou eu quem quer o debate. Quero apenas o direito de resposta.

DEPUTADO WILSON LIMA – Pois não, Deputada Erika Kokay. Por favor, conclua.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Falei e tenho defendido, desde o meu primeiro mandato, que esta Câmara Legislativa tem de ter autonomia e independência. Falei várias vezes sobre a autonomia do Poder Legislativo. Eu não carrego nenhum desrespeito por qualquer Parlamentar, nem por V.Exa., Deputado Geraldo Naves, que acabou de me estabelecer um ameaça velada. Nem isso! Não carrego desrespeito por nenhum Parlamentar! Não carrego nenhum desrespeito por divergência de ideias e por posições contrárias – temos posições divergentes. Este



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	18

Poder é plural, se não o for, não há sentido de existir, pois é constituído de forma plural. Portanto, eu respeito as opiniões diferenciadas. Agora, já ouvi aqui, Sr. Presidente, Deputados dizerem que votavam “sim” indignados. Já escutei isso aqui! Já escutei aqui Deputados dizerem que votariam, mas que teriam de tomar um engov antes e um depois. Já escutei isso! Como também já escutei – não nesta Legislatura – Deputados agradecerem à Líder do Governo – Deputados que já não estão mais aqui – porque poderiam votar de acordo com a própria consciência. Já escutei isso aqui! Sabem o que isso significa? Talvez não seja o seu caso... e eu não estava me referindo a V.Exa., especificamente. Nunca falei isso publicamente. O que é dito aqui é reproduzido pela *TV Distrital*. Portanto, não estava me referindo a nenhum Deputado, especificamente. Mas já escutei isso aqui. Talvez não seja o seu caso. Talvez V.Exa. vote sempre sem a orientação do Governo. Talvez! Isso não é uma realidade só daqui. Em outras câmaras, isso acontece. Os Parlamentares dizem que estão votando porque é a orientação do Governo.

Acho que temos de romper com isso, não apenas aqui. Às vezes, no Congresso Nacional, isso acontece. Lá, os Parlamentares votam, às vezes – já escutei isso também – porque é a orientação do Governo.

Peço desculpas se V.Exa. se sentiu atingido ou ofendido, porque não foi essa a intenção. Mas defendo a tese de que o Poder Legislativo tem de ser autônomo. Isso ajuda a construção democrática e faz com que ele se justifique para a sociedade.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, no art. 8º, diz: “Fazer referência caluniosa a outro Deputado, em debate, pronunciamento ou através dos meios de comunicação... usar, em discurso, palavras que firam o decoro”. O art. 15 diz: “Instigar populares, concorrendo para atos que desacatem ou agridam outros Parlamentares”.

Eu me senti ofendido, sim. Reafirmo isso e vou dizer mais – é só recorrer às notas taquigráficas: jamais ameacei alguém, e não fiz ameaça velada. Fazer-se de vítima para tentar esconder ou tentar abafar aquilo que fez é covardia. Digo mais: usar a expressão “talvez”, “talvez o senhor não vote assim...”. Voto de acordo com as reuniões. Já disse que eu, como membro do Democratas, tenho, como Presidente do nosso partido, assim como os outros Deputados – é o caso do Deputado Leonardo Prudente, Presidente desta Casa; do Deputado Raad Massouh, que aqui está, enfim de todos aqueles do Democratas, sempre presentes em qualquer tipo de votação, lembrando e nos auxiliando...

Estou, a cada dia que passa – reafirmo isto aqui –, preocupado com a Presidência desta Casa, que zela por todos nós que somos Deputados. Não posso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	19

concordar, em hipótese alguma, que um apresentador de televisão que já recebeu título de Cidadão Honorário nesta Casa, que tem moções aqui por serviços prestados – quais são os serviços prestados? Fazer caras e bocas na televisão! –, fale mal da Câmara Legislativa do Distrito Federal e ainda receba o endosso do PT. Fico indignado.

Está registrado o meu protesto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Antes de mais nada, quero agradecer a Deus a oportunidade de, mais uma vez, estar nesta tribuna. É uma alegria estar aqui, nobres Pares, nossa querida imprensa, companheiros da galeria. Hoje, logo pela manhã, fui surpreendido – quero dizer ao Deputado Raimundo Ribeiro da minha insatisfação – com uma matéria, em um veículo de comunicação muito usado na nossa capital, que dizia da expulsão de S.Exa. do partido, de forma que soou muito ruim, que soou muito mal. Eu não vou entrar no mérito da questão. Quero dizer que o presidente de um partido, uma pessoa que conduz uma instituição partidária, tem de ter zelo como uma pessoa que foi votada pelo povo. Se V.Exa., por intermédio daquela sigla partidária, chegou a esta Casa para tão bem representar a comunidade de Brasília, não merecia uma ação naquele sentido. Quero me solidarizar com V.Exa. Se for preciso mover ações e se V.Exa. necessitar da nossa ajuda, coloco-me à disposição. Sei da sua dignidade, do seu trabalho, da sua honradez nesta Casa e da luta para tão bem representar Brasília, principalmente aquela região ali de Sobradinho, onde V.Exa. desempenha um trabalho nobre. Está aqui um companheiro e amigo nesta luta.

Também quero me somar ao nosso nobre Deputado Geraldo Naves. Eu gostaria, inclusive, que S.Exa. viesse aqui e ficasse em frente à tribuna. O Deputado Geraldo Naves gosta, quando está falando, de respeito e de silêncio. Acho que é o que todos deveriam fazer, indiferentemente de estar nesta Casa de leis ou em qualquer outro debate franco e direto. Quero dizer, nobre Deputado, que V.Exa. tem toda razão. Quando se fala dos Deputados desta Casa, quando se fala da subserviência ao Poder Executivo, a pessoa tem de pensar muito antes de jogar isso nos meios de comunicação. Falo isso como membro da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa e informo que nos foi enviado o Projeto de Lei nº 1.180, uma cópia fiel da Lei nº 11.907, de fevereiro do mesmo ano, do Executivo Nacional, do nosso grande Líder, do Presidente. O Governador, por sua vez, fez uma cópia fiel do projeto e o trouxe para a votação. Vossa Excelência, Deputado Raimundo Ribeiro, participou daquele ato, como membro ativo daquela Comissão, e sabe que, naquele formato, não havia como realizarmos uma votação e, por isso, preparamos um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	20

substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.180, mostrando que esta Casa tem força própria e coerência nas atitudes, não usa só emoção e sabe, em um momento de razão, da responsabilidade de um voto "sim" ou "não" neste microfone. A responsabilidade de vir aqui, dar o nosso posicionamento, representando 2 milhões e meio de pessoas, que são os habitantes dessa nossa querida Brasília, é de muita grandeza. E aquele ato, naquele momento, demonstrou isso. Eu, como servidor público, percebi que temos uma satisfação a dar ao nosso público. Hoje, vi um projeto que chegou a esta Casa que fala da saúde pública, que fala de um plano de saúde. Quando votamos matérias que aparentemente são ruins para o grande público, essa galeria fica cheia. As pessoas se mobilizam, faz-se *lobby* político-partidário... enfim, não sei qual é a intenção. E, quando há um projeto de magnitude e grandeza como o que vai defender a saúde do servidor público e vai atender 120 mil servidores, não vemos uma mobilização daquelas, não percebemos.

Deputado Geraldo Naves, V.Exa., que tão bem defende esta Casa e usa esta tribuna para defender a honradez dos Parlamentares, eles não estão aqui por acaso, eles estão aqui porque fizeram um trabalho e porque representam a sociedade, uma categoria e uma comunidade. Enfim, estão aqui porque merecem estar e sabem representar.

Um projeto de lei como este que chegou sobre a saúde, que sabemos não estar bem, mas que mecanismos estão sendo providenciados para melhorá-la, mostra que esta Casa está no rumo certo em um debate franco, aberto, coerente, democrático. Um debate que sabe respeitar as ideologias, as siglas partidárias, as diferenças sociais, as regiões administrativas; enfim, esta Casa traz a grandeza do debate.

Hoje, deixo clara a grandeza desta Casa ao defender os interesses da comunidade. Este plano de saúde ficará na história desta Casa, mostrando que, na contramão, muitas pessoas falaram que esta Casa jogou contra os servidores; um descalabro! Esta Casa, com certeza, está no rumo certo na defesa da sociedade com este projeto. E tenho a certeza de que os Parlamentares desta Casa terão a grandeza de votar "sim", pois o Parlamentar que disser "não" a um plano de saúde para os servidores públicos estará na contramão do que esta Casa quer de bem, que é trabalhar para o povo.

Muito obrigado pela oportunidade. Reitero a minha estima ao Deputado Raimundo Ribeiro, que tem o nosso apoio e o nosso apreço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raimundo Ribeiro, não tive oportunidade ainda de falar, mas aproveito a deixa do Deputado defensor de Planaltina e dos bombeiros do Distrito Federal para indagar quantos votos teve o presidente do partido de V.Exa. para julgá-lo e expô-lo no meio de comunicação. Isso, com certeza, pode trazer alguns dividendos, mas chama a atenção das pessoas: que mal fez o Raimundo Ribeiro para ser expulso do partido? "É o poste



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	21

mijando no cachorro”, estão invertendo as bolas. Quando eu disse que o Supremo deveria rever sua posição, está aí um exemplo. O mandato é do Deputado, não é do partido, pois o partido não tem voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Lima, primeiro, agradeço a solidariedade de V.Exa., que de uma forma muito simples é majestoso no exemplo. Agradeço, também, as palavras do Deputado Aylton Gomes.

Mais uma vez volto hoje a falar neste microfone, à semelhança do que o Deputado Geraldo Naves falou, acerca de uma expressão que me pesa muito: a utilização da expressão “subserviência”. Digo isso porque estive um ano e meio no Poder Executivo, como Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, e lá tive oportunidade de receber todos os Parlamentares e todas as suas sugestões; independentemente de questões de natureza partidária. E tive a contribuição de muitos. Há apenas 7, 8 meses, estou aqui na Câmara Legislativa. Mas, desde quando cheguei, procurei trabalhar muito mais sendo fiel à minha consciência e àquilo que defendi ao longo de uma campanha ao lado do Governador José Roberto Arruda. Trabalhei sempre com S.Exa. É o meu líder político, é a pessoa que admiro. Quando S.Exa. encaminhou para esta Casa um projeto de lei como aquele que regularizava a questão dos quiosques, foi esta Casa que aperfeiçoou o projeto. Quando a Câmara Legislativa aperfeiçoa o projeto, quando tem a oportunidade de analisar o projeto e melhorá-lo, ela demonstra mais uma vez qual o seu verdadeiro papel. Mas houve outro projeto que teve uma repercussão maior: o Projeto de Lei nº 1.180, convertido em lei, que tratava da questão do reajuste dos salários dos servidores públicos. Como foi bem lembrado pelo Deputado Geraldo Naves, foi uma cópia mal feita da medida provisória convertida em lei e encaminhada pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional. Ela foi aperfeiçoada no Congresso Nacional. O Governo do Distrito Federal copiou aquele texto e encaminhou a esta Casa. Dois dias depois, esse projeto foi submetido à Comissão de Assuntos Sociais. Eu estava lá presente e disse que eu era contrário ao projeto da forma como estava colocado. Lá eu mereci 5 minutos para discussão. Naquele momento, mostramos isso – eu, juntamente com o Deputado Milton Barbosa, com o Deputado Aylton Gomes – e nos insurgimos contra aquele projeto de lei. Ele não contemplava o que era necessário contemplar. Foi graças a este ato que nasceu um substitutivo construído por todos os Parlamentares desta Casa. Se hoje o Sindicato dos Professores e a CUT puderam celebrar um acordo com o Governo do Distrito Federal para que os professores voltassem às salas de aula foi porque o substitutivo previa uma situação que permitia essa solução. Temos de valorizar, sim, esta Casa. Evidentemente temos divergências uns com os outros. Isso é natural. Eu mesmo estou de frente ao Deputado Raad Massouh, que é da mesma base eleitoral que a minha, mas as nossas divergências e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	22

uma eventual concorrência que poderemos ter em 2010 não nos impedem de trabalhar pela nossa cidade e, acima de tudo, manter a altivez desta Casa.

Deputado Geraldo Naves, eu me sinto no dever de estar neste microfone para me solidarizar e repudiar palavras como esta de subserviência. Não aceito e posso dizer isso muito à vontade. Todos costumam dizer que eu sou o Deputado amigo do Governador, o que não me impede de divergir e expor com todo o respeito as divergências que temos.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bem da verdade, eu tenho a clareza de que, se os professores hoje romperam a lógica de congelamento salarial imposta pela Lei nº 1.180, foi devido à sua luta. Não saíssem os professores em um movimento, dialogando com a sociedade, não teriam 5%. Em verdade, o substitutivo não possibilitou nada diferente. A variável fundamental foi a greve dos professores, que tiveram de agir assim. Eu sou sindicalista, Sr. Presidente, e sei que a melhor greve é aquela que não precisamos fazer, desde que haja uma proposta que corresponda aos anseios da categoria.

A bem da verdade, foi diferente. O Governo Lula não deixou de cumprir nada do que estava acordado. Eu tenho uma manifestação oficial. A questão da condicionalidade financeira foi na origem da medida provisória. Sr. Presidente, quero dizer isso apenas para esclarecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, nós sabemos desse assunto, discutimos...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, V.Exa. sabe que o Governo Lula não descumpriu. V.Exa. sabe que o Governo Lula não descumpriu. Então, V.Exa. acabou de dizer que sabe, como eu, que o Governo Lula não descumpriu nenhum acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu não estou entrando no mérito. Isso não é a questão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ah! V.Exa. sabe, então! Se V.Exa. sabe e se todos sabem que o Governo Lula não descumpriu...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. não vai discutir comigo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu não estou discutindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu não quero discutir. Quero apenas encerrar os trabalhos se não houver *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	23

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de esclarecer que não houve descumprimento do que foi acordado pelo Governo Lula. Pelo contrário: o Governo Lula está dizendo, nos jornais, que um dos elementos para enfrentar a crise seria o reajuste de salário.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que verifiquemos o *quorum* para ver se é possível deliberarmos. E, em não havendo *quorum* regimental para deliberarmos, que a sessão seja encerrada, pois já são 17h10min.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma correção à fala da nobre Deputada, quando S.Exa. disse que votamos aqui uma lei que congela salários. Se nós votamos uma lei que congela salários, como foi aberto um debate e chegou-se a um consenso? E esse consenso foi construído com os líderes, tão bem representados por uma categoria que merece o nosso apreço. Então, chegou-se ao consenso de os professores retornarem às salas de aula. Como eu já falei: se melhoramos o projeto do Executivo e se chegamos a um consenso com o Projeto nº 1.180, é porque, em momento algum, naquela lei, havia a palavra “congelamento”. E eu tenho toda a tranquilidade de entender que, assim que o Governo perceber a reação econômica não só do País, mas de Brasília, ele dará o aumento a todas as categorias. Porque eu também represento uma categoria, que é a dos bombeiros, e que também está aguardando o seu aumento. E hoje eu me sinto muito feliz em saber que os nossos mestres professores receberam o seu aumento.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a sua atenção. Eu gostaria de dizer que vou mudar o tema. O tema chama-se “plano de saúde do servidor”. Eu me sinto no dever, na obrigação de dizer que tudo tramitou nesta Casa dentro da maior legalidade, da maior transparência. A mim me surpreende quando colegas dizem que não estão nem sabendo o que é isso. Ora, não está sabendo o que é isso quem não frequentou as sessões, nem leu o nosso Diário Oficial, nem leu os comunicados que foram para os gabinetes. Nada foi mais rigoroso, no andamento desta Casa, do que esta questão da discussão do plano de saúde do servidor. Nós fizemos um cronograma, que começou na semana anterior, com discussões técnicas. Era para serem duas discussões técnicas, mas terminaram sendo três, porque houve uma discussão ontem, pela manhã, que foi encerrada, às 14h17min, somente para dar tempo para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	24

um almoço rápido, permitindo, depois, voltarmos à reunião técnica. Tudo isso foi avisado. Na terça-feira, conforme estava combinado, houve uma audiência pública com amplo debate.

Quero dizer que houve um momento em que eu pensei que iria ser muito difícil o consenso, mas, ontem à noite, todos nós ficamos muito tranquilos na discussão em que houve a participação da Dra. Josélia, representando a Secretaria de Planejamento e Gestão e também do nosso sempre Deputado Odilon Aires, com a sua assessoria, representando o INAS. Houve a participação de todos os partidos, com as representações dos Parlamentares feitas por assessores e com a nossa presença constante, naquela reunião. E houve uma construção coletiva de um substitutivo ao projeto que veio do Governo. Substitutivo esse que foi aceito, por todas as partes, por todos os envolvidos, pelo INAS, pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pelos Parlamentares presentes. Da parte da Liderança, o que eu posso dizer é que o substitutivo ao projeto de lei está pronto. Absolutamente pronto. Houve acordo com a Oposição e com a bancada de Governo, porque quase todos os Deputados enviaram seus assessores. Cumprimos o que dissemos que iríamos fazer: hoje cedo, estava nos gabinetes a cópia do substitutivo para que cada Parlamentar ainda pudesse, na parte da manhã, lê-lo. Então, eu não estou entendendo por que vamos deixar de votar o plano de saúde do servidor.

Eu acho que isso, realmente, nos deixa numa posição difícil. É claro que podemos votar no início da semana, mas esta Liderança não vai aceitar que se diga... porque agora estou aprendendo a trabalhar com as coisas editadas pelo Diário Oficial e também colhendo dos gabinetes Parlamentares a assinatura de quem está recebendo todos os comunicados. Quer dizer, a construção foi coletiva e o convite foi universal. Convite com recibos assinados, em todos os gabinetes, numa participação conjunta.

Então, se tenho de dizer alguma coisa, para finalizar, é pedir desculpa aos servidores, que ainda vão levar mais um tempo para ter o seu plano de saúde, pelo que estou vendo na tarde de hoje.

Eu gostaria de endossar o pedido que fez a Líder do PT: que S.Exa. faça a conferência de presenças e, não havendo *quorum*, é evidente, fica explicitado que podemos encerrar esta sessão, o que é lamentável.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve comentário sobre o PL nº 1.180, uma vez que estamos numa Casa democrática.

Quero apenas salientar que a Deputada Erika Kokay tem a sua opinião e eu tenho opinião contrária: eu acho que o PL abriu espaço para a negociação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	25

Na verdade, Sr. Presidente, estou fazendo uso da palavra para endossar o pedido de verificação de *quorum*, porque a situação está se arrastando. Infelizmente, está ficando maçante e os servidores vão ficar, mais um final de semana, sem o seu plano de saúde. E isso, realmente, é uma situação lamentável, apesar dos seus apelos. Faço justiça a V.Exa., na Presidência, que tem cobrado incessantemente a presença dos Parlamentares. Vamos avançar?

Eu agradeço.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu aqui quero fazer um testemunho de que o calendário que foi acertado para a discussão do projeto foi cumprido e que a discussão foi absolutamente exaustiva. Eu me sinto na obrigação, como Líder da Oposição, de atestar que realmente houve uma discussão exaustiva, profunda. Houve audiência pública, discussão com os técnicos, com representantes do Executivo; e, no dia de ontem, representantes sindicais participaram, inclusive, da discussão.

Então, apenas quero atestar que essa discussão foi extremamente aprofundada e que esta Casa, realmente, construiu um substitutivo que melhora sobremaneira o plano de saúde. Na minha avaliação, a discussão não se perde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência faz uma retificação: quando da leitura do Expediente, havia, na resenha, 8 indicações do Deputado Raimundo Ribeiro; mas, na verdade, essas 8 indicações não foram protocoladas. Portanto, peço que se retirem das notas taquigráficas essas 8 indicações do Deputado Raimundo Ribeiro, porque não foram protocoladas ainda.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	26



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BISPO RENATO - PR		X	
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
MILTON BARBOSA - PSDB		X	
PAULO TADEU - PT		X	
RAAD MASSOUH - DEM	X	X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM		X	X
TOTAL	10	14	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 04 2009	15h30min	35ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Constata-se que não há em plenário o *quorum* necessário para deliberação de matéria; portanto, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h22min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 96-Suplemento, de 2/6/2009.